

SOCIEDADE AUTÔMATA: A MÁQUINA NO CONTROLE¹

Elen Nas

É fácil fazer corresponder a cada sociedade certos tipo de máquina, não porque as máquinas sejam determinantes, mas porque elas exprimem as formas sociais capazes de lhes darem nascimento e utilizá-las. (DELEUZE, 1992)

1. RESUMO

O respeito à autonomia individual é um valor fundamental à bioética. Porém, a sociedade mediada por meios tecnológicos vêm revelando que a autonomia é em muitos casos ilusória. Para entendermos o que faz com que as mídias digitais sejam eficientes em propagar *fake news*, fortalecendo as manipulações capazes de modificar o destino político e social de um país cabe-nos analisar o funcionamento da ‘sociedade automata’ e as ideias que a sustentam. O behaviorismo sobressai entre as influências que mais conflitam com a autonomia, desde que defende o conceito de homem-máquina como uma necessidade de controle baseada em uma aparente perspectiva científica. A partir da pesquisa nos temas da robótica, Inteligência Artificial (IA), e sistemas afins como *Big Data* e *Deep Learning*, o exame de perspectivas bioéticas contemporâneas resultou em um resgate teórico e crítico a respeito das teorias que permanecem influentes no imaginário social e no modo de fazer científico. O dualismo entre ‘mente’ (posição de elaboração e comando) e ‘corpo’ (subalterno e operacional) é o coração da ‘sociedade automata’ e espalha-se ubiquamente em sistemas que reforçam injustiças sociais. Um preâmbulo em primeira pessoa propõe colocar em contexto o sujeito histórico no exercício de sua autonomia em contraste com movimentos resistentes à sua plena realização devido a disputas e projetos de poder. A ‘sociedade automata’ é a cultura simplificada com a máquina no controle. A simplificação, porém, atinge mais a uns que outros, desde que os modelos fazem parte de uma agenda específica. A avaliação bioética dos sistemas que inibem a autonomia requer identificar onde estão ‘implantados’ os ‘dispositivos’ e como se posicionar diante deles.

1 Este texto é um capítulo do livro **DEUS EX MACHINA: Fronteiras Bioéticas das Neurociências, Inteligência Artificial, Nanotecnologia e Robótica**, a ser publicado em breve pela Editora Unifeso, com organização de Siqueira-Batista, Rodrigo; Silva, Eugênio; Nas, Elen e Motta, Oswaldo.

Palavras-chave: autonomia, behaviorismo, bioética, mídias digitais

2. PREÂMBULO

O valor irrefutável da autonomia é estar em posse de suas próprias decisões, livre de qualquer forma de manipulação ou força externa. Como um conceito que ganha contornos ético-políticos junto ao advento da modernidade, a ausência de autonomia torna o ambiente propício à praticas totalitárias. (CHRISTMAN, 2020)

2018 foi mais um daqueles anos sem trégua. Uma polarização política dualista que já vinha se acirrando, desde 2016, fez transbordar as guerras do mundo virtual para todos os espaços de convívio humano. Tornaram-se evidentes as reações imediatas de ressentimentos que se multiplicavam em ofensas e rupturas de relações.

Alguém poderá dizer que sempre houve isso, mas o mundo virtual tornou mais fácil praticar o desrespeito verbal.

Diante das telas de computadores e dispositivos eletrônicos a cidadania digital abriu precedentes para estranhos engajamentos.

Desde o início da década, o *Occupy Wall Street*, a *Primavera Árabe*, e outras manifestações massivas revelaram o poder de uma sociedade conectada. Isto talvez tenha transferido às mídias alternativas uma certa ilusão de acesso mais direto à informação do que era experimentado anteriormente com as mídias oficiais.

Mas não demorou muito para que os algoritmos entrassem em cena, afinando as redes de contato, criando bolhas e enviando mensagens subliminares em meio a propagandas de produtos ordinários.

As pessoas revelaram a necessidade imperativa de expor opinião sem que realmente estivesse havendo algum diálogo. A partir de 2016 me surpreendi que no meu perfil de *Facebook*, pessoas da minha rede de contatos, manifestavam-se de maneira ofensiva às notícias ou opiniões políticas postadas eventualmente em minha página. Não havia um motivo claro para tais reações, senão que a liberdade de expressão e opinião virou ao avesso e as mídias digitais facilitaram o desprendimento das etiquetas sociais, fato que vivenciei igualmente no YouTube com desconhecidos.

Convivo com a internet desde os anos 90 e entendo o mundo virtual como parte da vida real, de modo que uma ofensa é uma ofensa independente do meio que se utiliza para comunicar. Mas algo veio mudando severamente, e para quem assistiu a todos os *Zeitgeist* (JOSEPH, 2007; 2008; 2011) eu não poderia crer que estas eram manifestações isoladas de um fenômeno humano, ou tecnológico. Conhecendo bem a cultura predatória voltada à lucratividade sem medidas, a qual estamos inseridos, há mais coisas para investigarmos neste processo histórico atual.

Assim, em 2018 fui direcionada, através dos meus contatos, para diversas páginas de discussão política e novamente desconfiei quando as páginas que se colocavam como defensoras de uma determinada proposta e candidatos, traziam notícias ambíguas de seus concorrentes, o que poderia ser indício de perfis infiltrados. Tais notícias, em geral negativas, reforçavam o ambiente de hostilidade e oposição. Como posteriormente chegou ao conhecimento do público, algumas páginas de *Facebook* eram criadas como ‘iscas’ para atingir um determinado perfil, como por exemplo àqueles que ‘comprariam a ideia’ de atender manifestações, mesmo que as imagens e mensagens de chamada

incitassem à polarização e a violência. A pesquisa encomendada pelo Facebook anos antes comprovou que o contágio emocional pelas redes é capaz de influenciar outros a repetirem os mesmos padrões (KRAMER, 2014), seja apatia, pânico ou comunicação violenta. No Brasil, a campanha “Ele Não” foi um exemplo da repetição de uma personalização que despolitiza entrando no jogo dos opostos. Mostrou-se ineficiente no seu propósito, mesmo com adesões de celebridades como a cantora Madonna. Reforçou a personalidade criticada pela sua negação. Uma cadeia de reatividade tomou conta do cenário geral como se todo mundo descompensasse ao mesmo tempo. As manipulações no nível emocional para obter resultados eleitorais equipararam-se ao nível das operações psicológicas (PSYOP) utilizadas como estratégias de guerra (AMER K, 2019). Paradoxalmente não há qualquer controle sobre o impacto de tais estratégias. Elas ganham autonomia quando entram nas redes. Como no caso dos Estados Unidos em 2021, elas podem fazer as pessoas acreditarem que uma eleição foi roubada e que é necessário tomar uma atitude. Tudo se dissolve e pulveriza, transformando-se em outras coisas que estão além do alcance, mesmo dos que empurraram a ‘bola de neve’ do alto da montanha. O mundo se tornou complexo demais e o pouco de autonomia que resta aos indivíduos é utilizada para o reforço da autoridade. O poder de dar autoridade a quem não tem. Enquanto, por outro lado, a ‘autoridade’ do conhecimento, da sabedoria, da dimensão legal e ética é colocada em ‘xeque’ pelo ‘homem-máquina’.

Na tradição Ocidental entende-se que a autonomia se manifesta no exercício da razão. Porém, a ideia de que emoção e razão são distintas substâncias, faz com que a razão, não ciente de suas susceptibilidades a afetos, perca alguns atributos reflexivos. A paixão pela razão (DAMÁSIO, 2003) causa reações emocionais quando as ideias expostas não estão em concordância com o que um outro pensa ou entende como válido. A ‘sociedade automata’ ocupa o espaço deixado no corpo decepado, separado da mente e condenando suas emoções. As lacunas de comunicação quando as ideias estão confusas se resolvem no ‘modo automação’ para condução da vida.

3. AUTONOMIA

A autonomia faz parte do ideário norteador da construção da cidadania, nas sociedades laicas, ocidentais, e plurais contemporâneas, e, com o advento da Bioética o termo ganha especial atenção (SIQUEIRA-BATISTA, 2008). Ela representa o direito de decidir livremente sem coação. Na política e filosofia, o termo ‘autonomia’ rende debates cercados de paradoxos. Na bioética o protagonismo da autonomia oferece dilemas quando existem outros valores a serem considerados para o bem da comunidade e do indivíduo.

São dilemas porque não há uma única narrativa que ofereça a resolução mais justa. A percepção Kantiana que supõe a capacidade da vontade se autolegislar (TRAPP, 2019) é

totalmente dependente do pleno conhecimento de um conjunto de regras, ou seja, do indivíduo bem informado. Não apenas este fato, como também, diante da presença de ‘conflitos de interesse’ a auto-legislação está condicionada à capacidade do indivíduo de conectar-se com os princípios éticos delineados em vista de uma melhor vida relacional em comunidade. A capacidade cognitiva de julgamento moral que conduz à ação autônoma recebe influências de fatores afetivos e emocionais (REGO, 2005) referenciados em padrões ideológicos ou religiosos de uma determinada cultura. A plena autonomia da ação moral requer, portanto, “trabalhar a dimensão afetiva” de modo a “despertar verdadeiros sentimentos morais” (PALACIOS, REGO, 2017).

Na cultura do ocidente é comum buscar justificativas para relativizar um compromisso contratual coletivo. Em muitos casos a lei é ambígua e pode atuar em favor de uns e prejuízo de outros, ainda que os ‘outros’ sejam as vítimas em uma disputa.

Uma moral utilitária não reconhece no humano a capacidade de sacrificar o seu bem-estar para o bem-estar de outros (MILL, 2005). Precisamente por isto, desenvolveu um conceito para mediar as tensões entre os interesses individuais e coletivos. Desse modo, sugere-se optar pelo que possa produzir o maior bem, avaliando as consequências (consequencialismo). Assim, o utilitarismo se distingue do egoísmo quando pesa a relevância das consequências. (DRIVER, 2014)

A autonomia em favor do que traga maior felicidade tem um componente hedonista e numérico: esta felicidade traduzida em alguma decisão medida deve atingir ao maior número de pessoas. O princípio da igualdade definido como ‘neutralidade’ está presente nos defensores do utilitarismo, desde que a felicidade de um não é vista como mais importante que a de outro. Na prática, porém, as decisões seguem avaliações morais que já carregam (pré) conceitos como o individualismo dentro de uma ideologia de ‘vencedores’ e ‘perdedores’ que tenderá a exacerbar atitudes egoístas, frequentemente anti-éticas.

O exercício da empatia é deixar-se afetar por outros corpos e suas histórias, entender as necessidades alheias, não a partir de pontos de vista externos à elas. Utilitaristas teológicos evocam a ‘vontade de Deus’ o que reduz a autonomia dos indivíduos.

As avaliações morais aos quais se baseiam as decisões passam pelas questões de vícios e virtudes e sofrem muitas distorções já que a lógica clássica não admite ambiguidades quando se trata de julgar e tomar decisão. Porém, entender se alguém está pendendo mais para o vício ou para a virtude não é uma equação matemática.

A aposta Kantiana é que as vontades pessoais podem se alinhar com as vontades da sociedade e assim, a ‘autonomia da vontade’ não é guiada pela dicotomia ‘sacrifício versus

prazer'. Contudo, a vontade para Kant traduz-se em razão prática, desde que a razão é o único fundamento da determinação da vontade. (TRAPP, 2019) Desse modo, a 'autonomia da vontade' Kantiana não é resultado de um processo, da fenomenologia e da ontologia interrelacional, mas da 'razão pura', uma razão supostamente capaz de se descolar dos afetos com o objetivo de alcançar os estágios mais elevados da mente para as decisões éticas 'corretas'.

A ética requer uma visão compartilhada do dever (MILL, 2005), uma consciência coletiva, neste sentido, se os conceitos, como os delineados por Descartes e Kant são amplamente difundidos por séculos e respeitados como hegemônicos no campo do conhecimento, eles fazem parte desta consciência compartilhada. Ainda assim, se a 'inteligência coletiva' é fortemente influenciada pelo dualismo mente/corpo, razão/emoção, ela também reflete as distorções destes conceitos no campo empírico e prático.

Como resultado, a autonomia tanto é comprometida quando há excesso de controle nas ações guiadas por protocolos, como também quando não há controle nenhum, no caso das emoções explodirem em surtos psicóticos e outras formas de descompensações emocionais. O surto, porém, não é meramente emocional, senão uma pane da mente dividida.

4. AUTONOMIA NAS REDES

Segundo a narrativa exposta no Preâmbulo, vamos pensar até que ponto a autonomia do indivíduo é íntegra em relação às influências externas. Por exemplo, o caso da proliferação de *fake news* (CANAVILHAS, 2018) e manipulação das emoções em mídias sociais com objetivos eleitorais foi uma operação complexa envolvendo, por um lado, *bots*, que são algoritmos simulando usuários que propagaram certos tipos de notícias e opiniões (LÊU, 2019). Por outro lado, a interação destes *bots* com usuários humanos gerou influências mútuas: os *bots* e os indivíduos das agências de marketing e empresas responsáveis pelas campanhas promoviam a manipulação por desinformação de modo a estimular reações no público, algo que se mostrou de fácil engajamento e crescimento exponencial.

Na medida que o ambiente virtual está repleto de desinformação, discursos de ódio e preconceitos multiplicam-se também através dos algoritmos, que dão destaque ao que aparece com maior frequência.

Quando um mecanismo de manipulação psíquica é arquitetado para disparar reações emocionais, a eficiência dos resultados revela que a 'ciência do comportamento' ganhou controle.

Estudos de comportamento e impacto emocional sobre os conteúdos na rede (KRAMER, 2014) demonstram que certos modelos de padronização psíquica têm sido úteis a

diversas finalidades do mercado: do marketing de produto ao marketing eleitoral, ambos altamente lucrativos.

Enquanto poucas pessoas entendem quais são os benefícios ou malefícios relacionados ao uso dos seus dados pessoais, o compartilhamento de dados pode tornar as pessoas mais vulneráveis através da produção de perfis psicológicos, socioeconômicos e de consumo. A análise dos dados pode ‘enquadrá-las’ em categorias passíveis de preconceitos que venham a impactar seu acesso ao trabalho, educação e saúde. (O’NEIL, 2016)

Ainda assim, a possibilidade de reverter este processo é mínima. Os dados já foram espalhados e a regulamentação trata das questões de privacidade, direito à informação, ‘direito ao esquecimento’ e ‘direito à explicação’ (COMISSION, 2018), mas não necessariamente garantirá o acesso à interpretação dos dados.

Enquanto tomar a decisão sobre como, e se, os dados privados poderão ser utilizados por terceiros, é um direito que apenas uma parcela mais informada das populações procurará ativar, a aposta é que o reconhecimento deste direito tenha o potencial de enfraquecer o uso do humano como mercadoria para empresas como a *Cambridge Analytica*. Tais empresas vendem sua expertise de comunicação como um *Santo Graal* capaz de modificar o comportamento das pessoas, mesmo que seja promovendo guerra entre elas.

Segundo o delator da *Cambridge Analytica*, Christopher Wylie, o líder do projeto, Steve Bannon, afirmava publicamente que “se você quer uma nova sociedade, precisa primeiro quebrá-la”. Assim, sob o lema “dividir para controlar”, Bannon, com as ferramentas tecnológicas, especialistas da psicologia e computação, e um alto investimento financeiro, articulou uma série de estratégias para que os resultados eleitorais em diversos países atendessem uma agenda de controle autoritário. Não se trata de uma ameaça velada à democracia, já que as intenções foram claramente expostas e uma guerra cultural anunciada nos palanques, com ações virais nas redes sociais e mídias jornalísticas.

A mineração de dados do *Facebook*, o uso de Inteligência Artificial (IA), “testes de personalidade”, *bots* e etc., criaram uma ‘carnificina’, que começa no mundo virtual até gerar conflitos presenciais e corpóreos.

Um dos primeiros investidores do *Facebook*, Roger McNamee diz que a estratégia utilizada foi jogar com os instintos mais básicos como o medo e a raiva. E isto começou com a produção de uma série de ferramentas que permitiam os anunciantes explorarem a audiência emotiva com o foco em cada indivíduo. (AMER K, 2019)

A jornalista Carole Cadwalladr afirmou que no Brasil não foi diferente, e a estratégia de influência e manipulação nas eleições presidenciais de 2018 se deu via *Whatsapp*, que é de

propriedade do *Facebook*. (AMER K, 2019) A ameaça à democracia compromete um conjunto de valores fundamentais à dignidade humana, como a condução de políticas de acesso igualitário à saúde (NORONHA; CASTRO, 2019), educação, cultura, direito ao trabalho e moradia.

O tema da manipulação do imaginário ganhou adeptos ao longo do Século 20, sempre motivado pelo avanço de novas tecnologias de comunicação e a facilidade de proliferação de imagens.

Com o advento das mídias sociais e sua integração na vida diária de grandes parcelas da população, através de plataforma digitais que cabem no bolso, o que vêm se apresentando é uma necessidade urgente de compreender o impacto destas tecnologias na constituição física e mental do humano, assim como na sociedade e em todo meio-ambiente.

Porém mesmo que o primeiro estudo mostrando a possibilidade de influência emocional no estado psíquico das pessoas quando utilizavam o *Facebook*, tenha sido publicado em 2014, e a primeira reportagem investigativa revelando a estratégia da *Cambridge Analytica* tenha ocorrido no início de 2018, as técnicas continuaram sendo utilizadas, e os resultados eleitorais deste período ocorreram como esperado e planejado por essas empresas e seus representantes que admitiam utilizar artifícios para modificar comportamentos capazes de mudar os rumos de uma eleição, como a apatia ou engajamento. (NEWS, 2018)

Assim, se a sociedade mediada por meios tecnológicos vêm revelando que a autonomia é em muitos casos ilusória. Mas, o que faz com que algoritmos em redes sociais, estratégias de desinformação e *fakenews* sejam tão eficientes na manipulação do comportamento? Onde reside o segredo destas ferramentas? Algoritmos traçam perfis, indicam preferências, dão sugestões, assim como podem deixar algumas informações mais, ou menos evidentes. Estratégias de desinformação são conteúdos que podem vir de alguma fonte factível, mas são editados e colocados fora do contexto original: podem ser notícias antigas que ajudam a fomentar o medo ou cortes de um discurso de líderes políticos, dando-lhes significados diferentes do conteúdo original. Tais manipulações têm obtido sucesso em gerar reações emocionais imediatas.

O impacto das mídias digitais e tecnologias em geral, na vida, no corpo, e na sociedade representa um conhecimento em construção. Portanto, há que se reconhecer que conhecimentos isolados não respondem às necessidades de compreensão de tais fenômenos. A interdisciplinaridade necessária reformata e amplia o foco do olhar resultando em abordagens não convencionais. Entretanto, trazer estes temas a análise, estabelecendo novas

ou diferentes associações teóricas constitui uma contribuição no exercício de fomentar o debate, urgente e necessário sobre a vida mediada pela computação ubíqua.

Neste capítulo a epistemologia que guia estudos e percepções científicas é discutida, desde que a ‘sociedade automata’ desafia o princípio de autonomia, ou seja, desafia a capacidade do indivíduo se autodeterminar. A ‘sociedade automata’ é resultado do movimento de automação de computadores e máquinas autogeridas por sistemas de informação que dependem ou não da intervenção humana no ato do seu processamento. A automação torna evidente a necessidade de pré-definir os ‘resultados desejáveis’ de modo a obter controle em favor de tais resultados. No caso da autonomia seria infame admitir que os humanos são meros autômatos que podem manter-se em operação apenas seguindo os padrões pré-definidos e formulados sem que haja a participação de sua vontade.

5. BEHAVIORISMO

nos preocupamos com as causas do comportamento humano. (...)Descobrimo e analisando estas causas seremos capazes de prever comportamentos; na medida que possamos manipular estes comportamentos, poderemos controlá-los. (SKINNER, 1965)

O conceito de homem-máquina foi apresentado por Julien Offrey de La Mettrie (1709-1751) em 1747 sob o título *L’Homme Machine*. Por um lado, ele se apropria do conceito cartesiano que reduz o corpo e os animais a reproduções funcionais autômatas, por outro lado, ele nega a existência da alma e afirma que ela está alojada no estômago. (METTRIE, 1749)

Ele diz: “o corpo humano é uma máquina que ativa as suas próprias fontes: é uma imagem viva do movimento contínuo” (METTRIE, 1749), e se as faculdades da alma dependem da organização adequada do cérebro e de todo o corpo, elas são, aparentemente, apenas essa organização. Assim, a alma nada mais é que uma ‘máquina iluminada’, e o ser humano não é menos máquina por ser dotado de característica tão ‘especial’ como a de pensar.

O ser-máquina movimenta-se dentro dos limites da ciência em uma percepção materialista: as informações contidas nos fluidos internos do corpo, a energia que este corpo gera e conecta, a potência da ação. Tal perspectiva produz e reproduz a necessidade de reconhecimento de padrões e organização destes por categorias. Às cores, sons, e às imagens

estimuladas pelas diversas sensações do corpo-máquina são atribuídas classificações e significados.

La Mettrie separa as correntes filosóficas entre materialismo e espiritualismo sem negar completamente a tradição dualista cartesiana, porém argumentando que todas as respostas estão no corpo.

O materialismo monista de La Mettrie desenvolve, a partir da metáfora do corpo-máquina cartesiana, a compreensão de que o pensamento se expressa dentro deste corpo através dos fluidos que se intercomunicam e circulam, desde os órgãos (como o estômago), para todas as partes.

Uma segunda afinidade com o dualismo por La Mettrie é expressa na separação hierárquica entre aqueles que se prestam a manipulações por meio dos estímulos e carências do corpo e os que realmente se dispõem a exercitar as capacidades de pensar.

Embora as palavras escolhidas por La Mettrie para denominar as categorias dos ‘não-pensantes’ sejam depreciativas como ‘tolos’, ‘estupidez’, ‘famintos’ e assim por diante, tendendo a reforçar fortes preconceitos sociais e de classe, é interessante notar que não apenas como filósofo, como também como médico, ele associa a boa saúde à presença de pensamento neste corpo. O exercício do pensamento requer que o corpo não seja consumido pelo ódio, avareza e ambições, de modo que ele possa demandar os alimentos necessários à manifestação das virtudes.

Ainda que seja evidente que o problema das desigualdades sociais exponha um grande grupo à fome e seus reflexos de ódio, em algumas passagens do seu ‘manifesto’ *Homem Máquina* (METTRIE, 1749) ele esclarece que observa a existência de pessoas sensatas que não possuíram o privilégio da educação, enquanto muitos que gozaram de tal privilégio preferem se portar como idiotas, ou seja, aqueles que se abstêm à capacidade de refletir, ponderar, são ‘autômatos da vontade’ (o que não é o mesmo que a ‘autonomia da vontade’ Kantiana).

De acordo com La Mettrie, saber distinguir entre o bem e o mal, os vícios e as virtudes, faz parte do equilíbrio necessário a se manter no ambiente interno do corpo, entre sólidos e líquidos, para que seja possível a manifestação da boa saúde.

A partir de tais perspectivas, sugiro que, o que determina o homem-máquina é sobretudo a sua ausência de autonomia, ou a presença de uma autonomia que se expressa, seja dentro do previsível, pré-programado, ‘aceitável’, até o ‘impulso das vontades’, às quais o suposto ‘sujeito autônomo’ não possui pleno conhecimento, mas que é igualmente previsível, mesmo dentro de ações entendidas como ‘imprevisíveis’.

Com o conhecimento das limitações advindas de regras sociais, jurídicas, educacionais, religiosas e culturais o sujeito é autônomo para decidir estar em concordância com elas, ainda que a discordância em determinados contextos não seja factualmente possível desde que, adequar-se a tais regras é essencial à sobrevivência do ser social. A automação, porém, se dá pela repetição com ausência de reflexão e consciência participativa.

Por exemplo, estar de acordo com as leis não necessariamente significa ser justo. Em muitos casos na história as leis endossavam maus tratos e até assassinatos contra escravos/as e suas crianças. Assim, a negação da dignidade humana se dá não apenas no que diz respeito ao abuso da força de trabalho, mas do reconhecimento – ou não - do ‘outro’ como humano.

No Século 21, pessoas continuam sendo apedrejadas (WORTH, 2010) até a morte, especialmente mulheres (2015). A pena capital - que já é questionável por si só - também evidencia o problema de que muitos são acusados injustamente, e comumente não há interesse em investigar a verdade para defender os que fazem parte de grupos vulnerados pela desigualdade socioeconômica, racismo e misoginia.

A legislação também apresenta falhas quando protege negociações de livre mercado sem estabelecer restrições definidas em favor dos direitos de trabalhadores e consumidores, fato bem exemplificado na Série “A rota do dinheiro sujo” (DEO, 2018). Com estes breves exemplos acentua-se que a conformidade com injustiças faz com que as leis em muitos casos sejam inúteis e obsoletas. A autonomia de estar em conformidade com valores morais, ou não estar, sofre uma série de influências onde a ‘vontade autônoma’ por muitas vezes representa uma ‘vontade automata’.

Ainda assim, adaptar-se e ajustar-se não necessariamente significa tornar-se um autômato. Via de regra, em sociedades onde não há acumulação de bens nem exploração de trabalho como o histórico de muitos grupos indígenas, a autonomia pode ser considerada plena mesmo que os indivíduos se submetam às regras culturais. A autonomia pode ser plena se as sociedades possuem uma dinâmica horizontal que iniba e mesmo impeça a acumulação de poder. No caso das etnias brasileiras, a divergência é possível, podendo levar à dissidência e desligamento da comunidade. (ANTROPOFAGIAS, 2018) Os dissidentes assim são por sua própria vontade.

Entretanto, em se tratando de sociedades onde a opressão possui uma funcionalidade, a consciência crítica participativa se manifesta quando uma lei mostra-se injusta ou um protocolo social revela-se preconceituoso. Mas quando a moral justifica a propriedade, a acumulação e certas hierarquias, a horizontalidade que enfraquece a acumulação de poder

não encontra caminhos de passagem. A moral indígena em grupos brasileiros condena a acumulação que é indício de avareza. Todo excedente deve ser compartilhado. (ANTROPOFAGIAS, 2018)

Poderíamos então pensar que elementos da educação e cultura das mais diversas origens seriam ‘negociáveis’ ou ‘não negociáveis’ frente ao objetivo da construção de uma ética contemporânea pluricultural que acolha as demandas essenciais para a sobrevivência no planeta. Tratam-se de demandas éticas na esfera ambiental, animal, social, educacional, econômica e cultural. Ainda que a universalização da ética como um todo seja um debate à parte, podemos perguntar se alguns princípios básicos como a autonomia, deveriam ser ‘elencados’ como essenciais em todas as culturas que compartilham relações de diversas ordens dentro da sociedade globalizada.

6. OBEDIÊNCIA

O descaso diante da realidade nos transforma em prisioneiros dela. Ao ignorá-la, nos tornamos cúmplices dos crimes que se repetem diariamente diante de nossos olhos. Enquanto o silêncio acoberta a indiferença, a sociedade continuará avançando em direção ao passado da barbárie. É tempo de escrever uma nova história e de mudar o final. (ARBEX, 2013)

A visão de La Mettrie demonstra uma distopia com o humano, expressa na impossibilidade de igualdade, já que nem todos os humanos sabem, querem, ou podem fazer uso da sua ‘capacidade de pensar’ autonomamente.

La Mettrie ressalta que, eventualmente qualquer pessoa independentemente de sua condição social poderá ser ou não idiotizada, a diferença seria entre ser uma mera máquina, ou uma máquina iluminada. Ele cita que, em algumas circunstâncias, um macaco poderá ser mais sensato que o humano. (METTRIE, 1749)

Desde que é um trabalho do Século 18, deve-se colocar algumas de suas observações em contexto. A narrativa de *Homem-Máquina* é argumentativa, demonstrando até algum tipo de ressentimento aos que se abstém do filosofar. Inegavelmente, seres maquínicos são úteis a projetos de poder desde que os possíveis elos de empatia são interrompidos a partir do foco na objetificação daquele que, por ser um autômato, não possui autonomia plena: seu destino é decidido por outras pessoas e, assim como a máquina, não tem vontade própria; sua adequação é julgada pelos que estão alheios à ela; seu valor e qualidade também são julgados por sistemas alheios à sua vontade.

O descontentamento burguês de La Mettrie revela: “eu prefiro a companhia de um homem sensato, mesmo sem o polimento da educação do que a de uma pessoa que teve a má-

sorte de ter uma educação ruim” (METTRIE, 1749). Traduzindo para o sistema computacional atual pode-se criar a analogia: é preferível um software aberto ao qual se pode adaptar o código, dentro de um processo criativo e investigativo, do que um software fechado, caro, com uma programação ruim.

Os robôs atuais são ‘educados’ (treinados) para, ao mesmo tempo, serem incríveis (porque a fonte de sua existência e movimento está na potencialidade das ideias), e estúpidos (porque são apenas capazes de realizar tarefas muito limitadas).

O paradoxo da autonomia é ter a capacidade de escolha e ainda assim optar dentro da previsibilidade que define as identidades nas microculturas. Por exemplo, indivíduos voltados para a ‘desobediência’ (como Adão e Eva, que não ouviram as recomendações de Deus e comeram do ‘fruto proibido’) podem automaticamente decidir pelo que obviamente destoa da obediência, sem de fato refletir sobre o contexto e as possíveis consequências de sua decisão. É, também, comum quando aqueles cuja perspectiva da ‘boa moral’ está associada à obediência das normas e sua hierarquia, deixam de praticar a reflexão autônoma, que seria avaliar se o contexto da obediência está em consonância com a sua visão de ‘boa moral’, assim como, com os princípios éticos da sociedade.

O experimento de Milgram explorou o problema da obediência conduzindo testes (que mais tarde foram questionados na perspectiva da ‘ética em pesquisa’) em que os indivíduos investigados precisavam aplicar punições de choques elétricos toda vez que recebiam uma resposta incorreta à pergunta. A pessoa que supostamente recebia os choques era um ator que estava em uma outra sala fechada. Apesar do mal-estar provocado pelo teste, a maioria (2/3) dos investigados seguiram com a punição, conforme instruídos pela equipe (MILGRAM, 1963).

Stanley Milgram, psicólogo de origem judaica, interessou-se em observar como indivíduos comuns eram capazes de praticar a forma de tortura proposta pelo seu experimento, quando estão seguindo ordens.

No mesmo período do experimento de Milgram, o caso do julgamento de Adolf Eichmann, que durante a Segunda Guerra Mundial deportou centenas de milhares de judeus para os campos de concentração, ganhou atenção mundial e resultou no livro de Hannah Arendt onde ela apresenta a sua percepção do caso como ‘a banalidade do mal’ (ARENDR, 2013). Porque, sob o ponto de vista do acusado, ele nunca matou e não mandou matar ninguém. Segundo seu relato, tudo que fez foi apenas cumprir ordens, como um funcionário do Estado, um burocrata. Sua autonomia se restringia em fazer o que lhe determinavam.

A obediência, portanto, é um dispositivo da ‘sociedade autômata’. Ela proporciona que os indivíduos de uma cultura operem de maneira previsível, em ‘modo de automação’. Em consequência, acredita-se que aquele que segue instintos, necessidades e desejos, nega a cultura e a sociedade. A contradição exposta pela banalidade do mal é quando estar em consonância com a sociedade é também negar os princípios morais dela mesma. É quando a obediência e consciência divergem.

Em tais casos, o grau de autonomia possível entre divergir e convergir, diz respeito a quão próximo ou distante se está de um ambiente guiado por princípios democráticos. Em regimes totalitários negar a obediência pode custar a própria vida. Ainda assim, em uma democracia negar-se a cumprir uma ordem ou apenas divergir, pode gerar perseguições pessoais - entre outros desgastes relacionais – podendo até resultar na perda do trabalho e bloqueio para novas oportunidades. Esta é a maneira em que a ‘microfísica do poder’ se espalha e torna as pessoas dóceis, dentro de um controle que é útil à ‘ordem’ e ao ‘progresso’.

O sociólogo e filósofo Zygmunt Bauman observa que as novas práticas administrativas do ambiente corporativo esvaziou a organização sindical à medida que o ingresso de trabalhadores nas empresas, para períodos de experiência anuais incentiva a competição entre todos gerando um ambiente de suspeita permanente, já que ao final de cada período alguns serão escolhidos para efetivação e outros serão dispensados.(DINES, 2015) O ‘mal estar na civilização’ de um mundo globalizado é portanto um ‘estado de guerra’ dissolvido em micro práticas de combate como a fofoca, o julgamento moral e qualquer tipo de ação que seja diluída o suficiente para não ser facilmente configurada como ‘bullying’ ou outros tipos de ‘perseguições’ pessoais ou assédios.

Desse modo, o que pode parecer desorganizado, caótico e até mesmo ‘natural’ e esperado de ‘características humanas’ como disputas por atenção e espaço, são representações do controle da máquina. São resultados de estratégias elaboradas para atender a necessidade de operações ininterruptas dos sistemas de produção do mundo econômico, político e social.

O não-tempo para refletir e debater esconde medos de embate e das consequências de expor as ideias. E quando a maioria está doutrinação não articular os pensamentos, tornando-se incapaz de estabelecer conexões com perspectivas críticas que clamam mudanças, os poucos que se expõe correm o risco de serem perseguidos caso não tenham aprovação do grupo onde estão inseridos. Existe, portanto, uma responsabilidade moral, como coletivo humano, de adensar propostas e ideias que visam benefícios comuns. Estabelecer atitudes

colaborativas que fortaleçam a autonomia sem cair nas armadilhas de disputas e críticas pessoais que minam todas as potenciais alianças.

Entretanto, o desejo de democracia é combatido por estratégias pervasivas que influem no nível subconsciente. Os preconceitos que operam no nível subconsciente (GREENWALD, BANAJI, s.d.) são apenas uma ‘fatia’ do repertório capaz de bloquear empatias e estimular animosidades entre os ‘comuns’. Junto à autonomia a democracia é também derrotada a cada instante para que a ‘sociedade automata’ mantenha seu ritmo e controle, sem interrupções ou risco de rupturas.

A autonomia do sujeito que obedece a tal fluxo replica a simplificação necessária para o sucesso da ‘sociedade automata’.

Como influência de um darwinismo social, adaptar-se significa estar apto a “jogar as regras do jogo” tal qual ele se apresenta. Sob pena de extinção. E o humano que extingue o próprio humano é aquele que não quer ouvir o que o outro tem a dizer, não quer ser obrigado a pensar, menos ainda transpor o seu universo para entender a perspectiva alheia à sua própria. Menos ainda sentir que teria a obrigação moral de se opor a certas práticas que se distribuem de forma viral, dos comandos das lógicas de mercado às instituições.

Afinal, do ponto de vista político, o que é adaptar-se? Aceitar qualquer circunstância sem questionamentos? Um exemplo de quebra do “cumprimento do dever” profissional em virtude da consciência ética aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial com o militar Francês e especialista em computação, René Carmille. (WIKIPEDIA, 2016) Ele era conhecido como um “defensor ardente dos cartões perfurados” e tinha todas as máquinas do serviço demográfico do governo Francês em boas condições, de modo que “prometeu” que conseguiria facilmente entregar todos os judeus abrigados no território de seu país. Quando os alemães chegaram em agosto de 1940, para confiscar as máquinas Hollerith, Carmille resgatou os tabuladores e, três meses depois, conduziu o senso para uma estatística social a serviço de uma agenda racial. Ele teve acesso a todas as máquinas e foi o responsável pela assinatura de contratos milionários com empresas diferentes que ofereciam tabuladores similares; enquanto se colocou formalmente a serviço da identificação dos judeus, ele também tomou algumas medidas para atrasar o processo com alegações técnicas de erros no sistema.(BLACK, 2001) Carmille se tornou o único especialista ‘confiável’ para conduzir o senso com as máquinas Hollerith e, secretamente modificou os resultados, salvando assim dezenas de milhares de vidas. Sua autonomia estava alinhada com a participação na resistência política francesa. Ele foi capturado e morto pelos nazistas em 1945.

No mesmo período, a obediência de Eichmann, que estava no comando das operações que Carmille sabotou o quanto pôde, foi ‘premiada’ com o direito à vida. Pelo menos por mais de uma década, até o momento que o encontraram fugitivo na Argentina, e o levaram a julgamento em Jerusalém (ARENDR, 2013).

Uma sociedade composta de indivíduos autônomos e não-automatos poderia iniciar-se desde o questionamento sobre ‘por que criar máquinas para classificar as pessoas de acordo com sua origem ‘étnico-racial’? Este é um questionamento bem-vindo a todos, e no caso das máquinas, com especial interesse aos engenheiros, matemáticos, designers, empresários e funcionários. O ‘dispositivo’ capaz de frear a ‘banalidade do mal’ é o pensamento ativo e participativo, onde uma autonomia genuína se alicerça.

A autonomia do indivíduo requer a consciência expandida, a teia da inteligência coletiva que ampara cada um para que o senso crítico não seja vítima do totalitarismo. Entretanto, a consciência expandida não é livre das influências dos ‘consensos fabricados’. (ACHBAR, 1993)

Seria, portanto, esperado que aquele que se rebela exerce a vontade autônoma de acordo com sua consciência. Porém o Século 21 ingressa na ‘pós-verdade’ (FEITOSA, 2017) e a maneira das coisas fazerem sentido muda de lugar. Por exemplo, na invasão ao Congresso dos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021(BBC, 2021) o ‘rebelde’ é fabricado por notícias falsas. Ele nega as dinâmicas da sociedade e os fatos, seguindo seus instintos. Acreditando ser um sujeito autônomo, é também um sujeito automato, ou seja, um sujeito manipulado para levar suas insatisfações ao limite, mesmo que seja quebrando os laços sociais por meio de conflitos.

Este é um fenômeno que tem crescido como resultado de manipulações da opinião pública com objetivos políticos, por meio das mídias sociais. Há aí um embaralhamento entre uma suposta autonomia que se desprende de valores ético-sociais. Paradoxalmente, grupos afinados com valores democráticos também estão passíveis de manipulação, potencialmente adensando os conflitos. Em linhas gerais, estruturas hierárquicas fazem parte de todo tipo de estrutura e organização. Porém a forma com que tais estruturas reforçam direta ou indiretamente preconceitos e desvios éticos é algo que transborda para além da presença das coisas que estão em objeto de análise.

Proponho, neste sentido, que a Bioética explore os territórios da ‘não-presença’ (NAS, 2021) para que possa observar com atenção os desafios bioéticos do tempo presente.

A autonomia em um cenário geopolítico, neoliberal, e contemporâneo está direcionada à disputa e não à cooperação.

Em uma democracia, eleger um candidato é apenas um passo para os resultados que venham a beneficiar a maioria. Todos os governos, mesmo os governos que não são afinados com as agendas de direitos humanos e sustentabilidade ambiental, temem a opinião pública.

O ‘consenso fabricado’, portanto, é um dispositivo necessário das estratégias de poder. Por este motivo, o cenário que antecedeu à ditadura militar iniciada em 1964 no Brasil foi de grande investimento de empresários em propaganda subliminar que circulou em todos os cantos do país através de projeções de cinema alternativas. (MARINHO, 2014)

Assim, o ‘hackeamento’ da subjetividade das populações através das mídias, por meio de imagens e mensagens diretas ou subliminares, é anterior ao *Facebook*, *YouTube*, *WhatsApp* e *Google*.

A extrema divisão das ‘disciplinas’ de estudo proporciona o aumento de lacunas entre as vivências e as ideias que temos sobre elas. A discussão sobre o impacto da estética na percepção ética dos indivíduos demanda um exame cuidadoso.

A ‘não-presença’ de pessoas pretas, pardas e morenas nos modelos de família feliz e próspera das propagandas pré-Ditadura de 64 (MARINHO, 2014), trazia embutida a mensagem da exclusão e desigualdade social. Entretanto, tais mensagens são elaboradas para que a maioria as perceba como uma ‘ordem natural’. Além disso, estas propagandas eram uma cópia do modelo industrial de sucesso e do ‘sonho americano’. A classe média se espelhou nesse modelo para tomar sua decisão de apoio à intervenção militar. Não foi necessário pensar em todos aqueles que não foram incluídos em tal modelo de prosperidade. Não foi necessário pensar. A propaganda propôs o modelo de pensamento, e bastaria apenas tomar este modelo como ‘dado’, mesmo a despeito da sua incapacidade de representar a sociedade em sua diversidade.

7. DISCUSSÃO

Os brancos saíram, num tempo muito antigo, do meio de nós. Conviveram com a gente, depois se esqueceram quem eram e foram viver de outro jeito. Eles se agarraram às suas invenções, ferramentas, ciência e tecnologia, se extraviaram e saíram predando o planeta. Então, quando a gente se reencontra, há uma espécie de ira por termos permanecido fiéis a um caminho aqui na Terra que eles não conseguiram manter. (KRENAK, 2020)

A sociedade automata se movimenta em ritmos repetitivos em um ambiente de atritos que, dentro da máquina, são geradores de energia. Os valores embutidos em sua epistemologia ditam seu modo de separar, classificar e organizar a informação incorporada nos produtos, projetos e toda sua infraestrutura.

Como a Bioética poderá auditar as ideias e crenças embutidas nos sistemas e que são restritivas da autonomia necessária dentro de uma cooperação social? A obediência sobreposta ao próprio humanismo, como conceito, no caso do Holocausto, demonstra como os princípios de autoridade e hierarquia são estruturas inegociáveis de uma ‘sociedade automata’. O holocausto praticado pelo governo nazista na Segunda Guerra Mundial carrega consigo a mesma lógica do ‘holocausto brasileiro’ (ARBEX, 2011) e do estupro de centenas de milhares de mulheres que vivem em territórios de guerra. (ZIN, 2013)

Existe uma ‘não-presença’ de ideias (NAS, 2021) que torna possíveis tais atrocidades acontecerem com pouca ou nenhuma resistência ao nível social. As vítimas, vulneradas pelo preconceito e abandono, submetidas pela força, têm pouco com o que resistir, especialmente se não existem medidas de proteção e a omissão do meio prevalece. O conceito de omissão não tem nenhum sentido na sociedade composta por sujeitos-máquina que são operacionais e apenas se atém às suas funções.

A história do ‘holocausto brasileiro’ resgatada pela jornalista Daniela Arbex (ARBEX, 2013) é o reflexo de uma sociedade adestrada à obediência entre dois regimes totalitários, o Estado Novo e a Ditadura de 64. No livro, ela cita apenas um médico que ao final dos anos 70 levou a denúncia a público em formato de artigo científico e foi ameaçado de perder o registro devido à divulgação do artigo na imprensa. Portanto, é de se espantar como todos os profissionais envolvidos, da medicina, enfermagem, administração e assim por diante, adaptaram-se a fazer parte de uma operação recorrente onde as pessoas eram empilhadas como em um depósito de lixo. Elas eram submetidas à tortura até a morte porque seus cadáveres valiam algum dinheiro e suas vidas não valiam nada. A total falta de direitos e dignidade humana naturalizou-se. A categoria ‘louco’ e ‘indigente’ foi utilizada para eliminar o que se considerava a escória da humanidade em um laboratório aberto às práticas da ‘banalidade do mal’.

Tudo aconteceu com a participação do Estado, de Entidades Religiosas, Conselhos de Medicina, Psiquiatria e Universidades que compravam os corpos e órgãos. Quando até mesmo freiras são capazes de abusar de autoridade com pessoas em situação de total vulnerabilidade, torna-se evidente que a humanidade se perdeu de sua humanidade e possivelmente não se deu conta. Por isto vamos falar da ‘não presença’ das ideias que penetram nos sentidos através de conteúdos semióticos e são capazes de distorcer a percepção dos fatos, assim como moldá-los de acordo com uma visão dominante.

O Hospital Psiquiátrico continuaria – sob os mesmos moldes - em alta demanda se não houvesse a reforma psiquiátrica (REPÚBLICA, 2001), desde que é um dispositivo

(ARBEX, 2016) utilizado para expulsar todos aqueles que por um ou outro caminho se desviam do que é considerado normalidade. (RATTON, 1979)

Ele funcionava como um depósito de todos considerados ‘improdutivos’, ‘inadaptados’, ‘indesejáveis’ e os desafetos. (RATTON, 1979)

O que significa, portanto, enclausurar todos que, de alguma maneira ‘incomodam’, em um regime de exclusão ao direito à vida e à dignidade que deveria acompanhá-la? Não seria esta mais uma evidência de que a ‘banalidade do mal’ se torna pervasiva à medida que a ideia de democracia é ‘sequestrada’ por propostas autoritárias? Ou seja, através de aprovação popular regimes totalitários se instauraram e a ideia de segregação, exclusão e mesmo extermínio de outros humanos foram endossadas através de justificativas que se cercam apenas de interesses próprios.

A ‘sociedade automata’ pode não perceber, mas é higienista, sob a perspectiva de uma visão de ciência que se torna ultrapassada à medida que se percebe que as ‘categorias ideais’ são influenciadas por preconceitos eugenistas. Em adição, poder acusar alguém de ‘louco’ levantando pretensas suspeitas de periculosidade devido a comportamentos de dissenso, é característica de ausência de lei. Em um estado de exceção as acusações nunca são consideradas infundadas, desde que são ‘dispositivos’ de terror onde a palavra do acusador terá sempre maior peso do que a da vítima. Neste contexto, o Hospital Colônia em Barbacena (MG) foi bastante conveniente para que abusadores sexuais empurrassem suas vítimas, e mesmo as crianças geradas do ato do estupro, para o esquecimento e a morte. O mesmo aconteceu com esposas que ‘precisavam’ desaparecer para que os maridos casassem novamente, e mesmo os filhos desse casamento ‘descartado’ também precisavam ser jogados às ruas como órfãos.

Como alguém, mesmo não tendo um problema mental grave, poderia manter alguma sanidade mental sendo tratado com choques elétricos a cada contestação, e vivendo em condições subumanas? O ‘holocausto brasileiro’ tem alguns sobreviventes. Alguns com sequelas aparentes, outros não.

Voltemos então ao behaviorismo para lembrar que sua proposta é de limitação da autonomia. A intenção é claramente “retirar as funções anteriormente atribuídas à autonomia do indivíduo e transferi-las uma a uma ao ambiente de controle” (SKINNER, 1971).

Há uma interferência no processo de identidade quando o ser é forçado a fazer parte de categorias pré-definidas com base na crença de que há uma ciência capaz de entender a ‘natureza do comportamento humano’ através de classificações, estatísticas e probabilidades.

A formulação behaviorista tem sido um ‘problema da psicologia’ que gera debates e discordâncias desde 1912. (MCDOUGALL, 1929) Há uma reivindicação da doutrina como ciência, mas o que não está presente em seus pressupostos é a sua filiação política e ideológica. Fato que possivelmente sequer seus defensores estavam plenamente conscientes, desde que os aspectos políticos e ideológicos se escondem em um modelo de universalidade.

O transbordamento desta política aparece por vezes quando os defensores do behaviorismo parafraseiam Maquiavel dizendo que o comportamento não se controla pelo amor, mas pelo medo, ou quando se lembra que a observação do comportamento está presente no ‘pecado original’ de Adão e Eva (MCDOUGALL, 1929): a tentação da serpente é parte de um jogo de manipulação psíquica que não busca investigar a autoconsciência. A serpente não pede à Eva para olhar para dentro de si. (MCDOUGALL, 1929)

Assim, o conto do pecado original é cercado por fronteiras onde a autonomia está condicionada entre obedecer ou desobedecer. Permanecer na ignorância, ou sofrer as consequências da perda da inocência. Quanto de autonomia está presente na escolha entre Deus ou a Serpente? Seria apenas eleger o que mobiliza o medo maior?

Façamos uma digressão sobre a semiótica do holocausto como potência incentivadora do medo. As vítimas dos holocaustos são os dejetos da máquina. Elas são deglutidas e expelidas. Elas possuem uma função, mas é uma função não reconhecida como valor dentro da máquina. O não-valor faz parte do excedente de energia que elas proporcionam à ‘sociedade automata’. Filhos de estupros de mães dilaceradas, vidas às quais não são conferidos qualquer direito à dignidade humana.

Diante de uma realidade onde a ‘não presença’ é a absoluta violência, palavras e conceitos como ‘comportamento’ ou ‘autonomia’ esvaziam-se.

A absoluta violência está presente nas áreas mais nobres da máquina, desde a arquitetura até os mais populares dispositivos eletrônicos.

Ademais, quando transferimos dilemas como o do ‘pecado original’ para uma outra cultura como de indígenas brasileiros não haverá culpa em comer um fruto. Assim, o que torna estes e outros indivíduos inadequados à máquina é também o fato de que não fazem parte do ‘padrão de fábrica’, não podendo assim, ocupar um lugar de ‘peça’ no sistema. Na incapacidade de destruir a máquina, um fracasso também dos luditas – tecelões ingleses do Século 19, lhes resta serem deglutidos, preteridos e expelidos. Mesmo os que venham a se render à ocidentalização estão fadados a ocupar uma posição subalterna e vulnerada pelos ‘dispositivos’ de discriminação racial e socioeconômica. Assim, a dúvida de que a máquina poderá lhes incorporar como peça permanente estará sempre presente. Peças descartáveis do

sistema fazem parte dos requintes de crueldade da obsolescência programada e naturalizada dentro da sociedade de consumo.

Assim, se o behaviorismo propõe moldar humanos como máquinas - e embora sua tese já tenha sido (e continua sendo) bastante criticada - a proposta é tão sedutora e afinada com a organização da sociedade industrial - e à sua ciência - que a 'não-presença' dessas ideias é reforçada através de dispositivos que penetram em todas as camadas da vida social e dos corpos.

São compreensões do mundo que se tornam pervasivas e, pela sua 'não-presença' permanecem de difícil alcance nas discussões mediadas pelos métodos que clamam objetividade.

8. REFLEXÕES FINAIS

A 'sociedade automata' como sociedade de controle não é novidade alguma, o que se procura entender é porque a crítica do seu modelo, que segue recorrente desde o século passado, foi ignorada ou pouco absorvida, enquanto as transformações tecnológicas seguiram em paralelo, com enorme entusiasmo da comunidade científica e sociedade.

O humano-máquina é conhecido pela sua funcionalidade. "Qual a sua utilidade?" Ela é uma médica, engenheira e cientista da computação. Ele é um professor, técnico, enfermeiro. Eles correspondem a uma função dentro de um mecanismo que compõe a máquina. São conjuntos de mecanismos onde tudo deve ter uma serventia, cabendo à pergunta se tal pragmatismo serve mais à comunidade e às pessoas do que à própria 'máquina'.

As máquinas, assim como os humanos, também carregam o sentido de finitude através da obsolescência: elas quebram, "dão defeito" e se tornam ultrapassadas pela conveniência dos que desejam lucrar com elas. As máquinas precisam quebrar para que outras sejam vendidas. (DANNORITZER, 2010) As pessoas precisam ser descartadas para que outras também sejam descartáveis. Elas precisam sofrer injustiças para que outras também sofram injustiças.

Em 1971 o pensador Noam Chomsky argumentou que seria importante investigar seriamente a reivindicação de que a ciência do comportamento, e a tecnologia que ela propõe, fornece os meios racionais para o controle do comportamento. Ele observou que, se o behaviorismo transfere todo controle comportamental ao ambiente, a autonomia torna-se apenas ilusória. (CHOMSKY, 1971)

Se a ‘ciência do comportamento’ encerra a compreensão do indivíduo como sendo unicamente um mero resultado de antecedentes, ou seja, de eventos passados, veremos então que as técnicas propostas do behaviorismo, estão hoje embutidas nos sistemas computacionais que são ubíquos em toda estrutura social e da vida nos seus mais diversos aspectos.

Quais seriam os ‘anticorpos’ capazes de combater a pandemia da ‘banalidade do mal’?

As proposições pseudocientíficas do behaviorismo foram refutadas (CHOMSKY, 2017) mas se ainda permanecem influentes é porque as técnicas aplicadas inicialmente às experiências científicas e educação, estão embutidas nas organizações e suas infraestruturas. Além disso, a constante busca por padrões de reconhecimento na psicologia, assim como a fácil aceitação e assimilação destas classificações, torna os questionamentos éticos a estas práticas ainda brandas. Neste sentido, a proposta deste capítulo é compartilhar a reflexão sobre que elementos não-evidentes sustentam uma ‘sociedade automata’ e como a autonomia do sujeito moderno em um sistema industrial se confunde com a autonomia da máquina: é possível trabalhar de maneira independente, desde que em um sistema de total controle.

A ideia de que o comportamento humano precisava ser classificado e dividido em modelos e categorias foi uma maneira de reforçar o controle dentro da perspectiva científica moderna. (SKINNER, 1965)

O comportamento regido por leis capazes de adequar cada um de maneira determinística reflete o entendimento do corpo como uma máquina que deve estar sob controle. Nesta perspectiva, assim como para La Mettrie, a mente não está dissociada do corpo. Ela se ajusta, tanto quanto o corpo e apresenta seu repertório de previsibilidades.

No exemplo do ‘holocausto brasileiro’ vemos inicialmente o poder da imagem, que independente da vontade do fotografo, resultou na primeira denúncia na imprensa, em 1961. Porém, a Ditadura de 64 reforçou a prerrogativa do abuso de poder e o caso caiu novamente no esquecimento até que ao final dos anos 70, um período histórico em que outros setores da sociedade brasileira voltavam a se mobilizar, a imagem em movimento, através do cinema, em conjunto com uma série de matérias na imprensa nacional e internacional adensaram às críticas e protegeram os poucos que se arriscaram a denunciar.

Desde que todo repertório da ciência foi utilizado para reforçar supostas diferenças raciais e proferir, com um enredo de justificativas biológicas (HERBES-SOMMERS, 2003), os argumentos capazes de discriminar, separar, e, mesmo eliminar, outros seres humanos,

foram naturalizados e permanecem vivos no imaginário social, sendo necessária uma desconstrução. Entretanto esta não será possível enquanto todos os meios de validação do conhecimento passarem pelos mesmos caminhos que são os de reforço às estruturas antigas.

A fissura entre mente e corpo proposta pelo dualismo, apresenta a compreensão mecânica do corpo. O isolamento da mente permitiu que o corpo fosse investigado, e a medicina ocidental avançou no conhecimento da fisiologia, através de estudos empíricos, enquanto no plano conceitual, uma luta constante no entendimento dos cuidados com a saúde, seriam travados, por séculos, até os dias atuais. As bases de tais conflitos estão na esfera da epistemologia: que compreensão se têm desse corpo? É um sistema integrado, ou suas partes são separadas e podem haver ‘peças de reposição’ como em um sistema maquínico? É um sistema independente, ou ele é integrado com o ambiente, constantemente afetado pelo que está à sua volta? Existe “dentro” e “fora” do corpo, ou as sensações desse corpo respondem ao “dentro” e “fora” sem fazer qualquer distinção?

A autonomia do corpo não se dá independentemente da cultura e do tempo histórico onde este corpo está inserido.

O dualismo, longe de ser uma invenção de Descartes, remonta o princípio hilemórfico aristotélico, onde “a distinção entre forma e matéria, alma e corpo, reflete uma cidade composta de cidadãos em oposição à escravos” (SIMONDON, 1995). Esta distinção, portanto, revela o recorte da visão que se propaga pela fôrma, ou seja, a fôrma, que é a conceituação de um modelo replicado, da epistemologia para todas as áreas de produção de saber.

A ideia de que o ser pensante poderia ser ludibriado pelas sensações do corpo, reforça modelos hierárquicos (pensar é mais importante que sentir...) e repressões baseadas em crenças de que desejos e fluidos corpóreos são inadequados.

Atribuir maior valor às capacidades cognitivas como se estas estivessem descoladas do sentir, assim como de que um determinado grupo de pessoas são dignos de empatia e direitos de igualdade, enquanto outros não são, faz parte de uma contínua repetição, justificada do mesmo modo que a fôrma do tijolo só pode produzir tijolos. (SIMONDON, 1995)

Enquanto o dualismo cartesiano tem o princípio hilemórfico embutido em sua estrutura, o monismo spinozista oferece uma compreensão da ética onde todos os organismos coexistem sem que lhes sejam atribuídas escalas de valor.

Spinoza (1632-1677), além de negar a hierarquia e separação entre corpo e mente, postulou que “o corpo humano se compõe de muitos indivíduos (de natureza diferente)”

(SPINOZA, 2009), aos quais, são, também eles, altamente compostos. Dos estudos de Teologia à Física, Spinoza tornou-se ótico e suas habilidades com as lentes ópticas lhe abriram à observação da matéria por ângulos distintos.

Entender que o corpo humano é um conjunto, que não se resume a órgãos com funções delimitadas e mecânicas, mas que é constituído de um todo plural e composto de muitos organismos. Esta visão, ainda hoje é capaz de revolucionar a medicina, assim como toda ciência. O monismo, assim denominado como resposta ao dualismo, é, na verdade, pluralista, o que tornou mais complexa sua assimilação.

Embora seja possível perceber a presença do monismo em distintos campos do conhecimento, seu impacto na ciência é minimizado pela ampla adesão à perspectiva dualista já que esta apresenta maior facilidade de instrumentação. O monismo se desdobra entre idealismo e materialismo, entre a metafísica e o fisicalismo, tendo influenciado correntes como behaviorismo, funcionalismo, utilitarismo e fenomenologia.

Continua sendo difícil demonstrar que os modos de fazer ciência e de pensar não são neutros e que existe uma política embutida em cada preceito, assim como na linguagem e no exercício do método.

A base spinozista sugere um corpo aberto em comunicação permanente com o mundo, sem distinção ou barreira do que é considerado natural ou artificial. A natureza é tão criativa e mutante, como também poderá ser repetitiva e previsível.

Se a observação da ciência precisa de repetição, observamos que repetição não é necessariamente generalização. (DELEUZE, 1994) O estudo da consciência expressa o problema de maneira perfeita: enquanto as associações tendem a se repetir, elas podem se revelar únicas a cada vez, no mesmo indivíduo.

A sociedade é automata através das formas de ver e representar o mundo compostas por todos os indivíduos que fazem parte dela, e do que eles supõem ou acreditam ser verdade sobre este mundo.

Seria necessário deixar desmoronar algo para construir “o novo” dentro de uma outra perspectiva. Ou, se a vontade é esquivar-se de tal radicalidade, que se tracem estratégias de mudanças entre o paradigma da ‘sociedade automata’ para o da ‘sociedade autônoma’.

Tais estratégias passam pela compreensão do mundo simbólico, dos impactos do mundo simbólico – da estética – sobre a vida. Não se trata de minimizar a arte como a desprezada sala de “Terapia Ocupacional”, para onde foi direcionada a Dra. Nise da Silveira quando se negou a adotar a eletroconvulsoterapia nos pacientes. (BERLINER, 2016)

Trata-se de valorizar a experiência que se tem com a vida, a cada instante. A vida, leia-se, o ambiente, a qualidade das inter-relações.

O foco da ‘sociedade automata’ é a eficiência da máquina. A autonomia se expressa na vegetação que cresce entre as brechas, da água que encontra bifurcações e abre novas passagens quando existe um bloqueio na via principal.

Cabe à Bioética potencializar estes movimentos criativos da natureza que se refletem em humanos e não-humanos desviantes de sentidos e representações que não lhes incluem.

9. REFERÊNCIAS

ADAM DEL DEO, YON MOTSKIN, LISA NISHIMURA, STACEY OFFMAN, JASON SPINGAM-KOFF, A. G. **Na Rota do Dinheiro Sujo (Dirty Money)**. USA Netflix, 2018.

AMER K, N. J. **Privacidade hackeada**. Los Gatos: Netflix, 2019.

ANTROPOFAGIAS. **Pensamento Indígena - Viveiros de Castro Aula 2**. YouTube, 2018.

ARBEX, D. Holocausto brasileiro: 50 anos sem punição. **Tribuna de Minas**, 2011.

ARBEX, D. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém: Um Relato Sobre A Banalidade do Mal (1963)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BERLINER, R. **Nise - O Coração da Loucura**. Brasil Imagem Filmes, 2016.

BLACK, E. **IBM and the Holocaust: the Strategic Alliance Between Nazi Germany and America's Most Powerful Corporation**. [s.l.] Crown Books, 2001.

C. HERBES-SOMMERS, J. CHENG, L. ADELMAN, L. SMITH, T. S. **Episode One- The Difference Between Us. In: Race: The power of an Illusion**. California Newsreel, 2003.

CHOMSKY, N. The case against BF Skinner. **The New York Review of Books**, v. 17, n. 11, p. 18–24, 1971.

CHOMSKY, N. **Noam Chomsky on Behaviorism**. YouTube, 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/OrQ0LfqxABM>>

CHRISTMAN, J. **Autonomy in Moral and Political Philosophy**. Stanford University, 2020.

WIKIPEDIA. **Rene Carmille**.

COMISSION, E. **General Data Protection Regulation**. Disponível em: <https://ec.europa.eu/commission/priorities/justice-and-fundamental-rights/data-protection/2018-reform-eu-data-protection-rules_en>. Acesso em: 31 ago. 2018.

DAMÁSIO, A. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. [s.l.] Companhia das Letras, 2003.

- DANIELA ARBEX, A. M. **Holocausto Brasileiro**. Brasil Vagalume Filmes, 2016.
- DANNORITZER, C. **A História Secreta da Obsolescência Planejada (The Light Bulb Conspiracy)**. França, Espanha, 2010.
- DELEUZE, G. Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle. In: **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p. 219–226.
- DELEUZE, G. (TRANS. P. P. **Difference and Repetition (1968)**). New York: Columbia UP, 1994.
- DINES, A. **Observatório da Imprensa Entrevista o Sociólogo Zygmunt Bauman**. TV Brasil, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kM5p8DqgG80>>
- DRIVER, J. **The History of Utilitarianism**. Stanford University, 2014. (Nota técnica).
- FEITOSA, C. Pos-verdade e política. **Cult**, 2017.
- HERNAN ZIN, ANDREW FORD, A. P. **La Guerra Contra Las Mujeres**. Contramedia Films, 2013.
- Invasão ao Congresso dos EUA: quatro pessoas morrem; Biden fala em “insurreição”. **BBC News**, 6 jan. 2021.
- JOÃO CANAVILHAS, MAÍRA BITTENCOURT, M. A. A. DE A. Conteúdos virais no Facebook: estudo de caso na pré-campanha das eleições presidenciais brasileiras de 2018. **Brazilian Journalism Research**, v. 15, n. 3, p. 598–625, 2018.
- JOSEPH, P. **Zeitgeist: The Movie** Gentle Machine Productions, 2007. Disponível em: <<http://www.zeitgeistmovie.com/>>
- KRAMER, ADAM DI; GUILLORY, JAMIE E.; HANCOCK, J. T. Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 111, n. 24, p. 8788–8790, 2014.
- KRENAK, A. **A Vida Não É Util**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LÊU, M. DE O. ET AL. **Detecção automática de bots em redes sociais: um estudo de caso no segundo turno das eleições presidenciais brasileiras de 2018**. [s.l.: s.n.].
- MARINHO, G. F. **O Prólogo: 1960’s Brazilian Political Cinema**. Agregator Media, 2014.
- MARK ACHBAR, P. W. **Manufacturing Consent: Noam Chomsky and the Media**. Zeitgeist Films, 1993.
- MCDUGALL, J. B. W. W. **The battle of behaviorism: An exposition and an exposure**. [s.l.] WW Norton & Company, 1929.
- METTRIE, J. J. O. DE L. (TRANS. M. D. **Man a Machine**. London: Homer’s Head, 1749.
- MILGRAM, S. Behavioral Study of Obedience. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 67, n. 4, p. 371–378, 1963.

- MILL, J. S. Utilitarianism. In: MOORE, A. D. (Ed.). **Information Ethics: Privacy, property, and power**. Washington: University of Washington Press, 2005. p. 47–65.
- NAS, E. **Bioethics, Body and Emerging Technologies: Presence and Nonpresence in Philosophy and Society**. [s.l.] Ready manuscript/Forthcoming Book., 2021.
- NEWS, C. 4. **Cambridge Analytica Uncovered**. YouTube, 2018. Disponível em: <<https://youtu.be/mpbeOCKZfQ>>
- NORONHA, JOSÉ CARVALHO DE; CASTRO, L. Democracy, Health, and the 16th National Health Conference in Brazil: what future? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, 2019.
- O'NEIL, C. **Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy**. New York: Crown, 2016.
- ONG denuncia 44 países que ainda tem leis discriminatórias contra a mulher. **Correio Braziliense**, 20 fev. 2015.
- RATTON, H. **Em Nome da Razão**. Brasil Quimera, 1979.
- REGO, S. Sobre a classificação de indivíduos em estágios de acordo com a teoria de desenvolvimento moral de Lawrence Kohlberg. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 1082–1083, 2005.
- REPÚBLICA, P. DA. **Lei N. 10.216**. Brasil, 2001.
- RODRIGO SIQUEIRA-BATISTA, F. R. S. A eutanásia e os paradoxos da autonomia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, p. 207–221, 2008.
- SERGIO REGO, M. P. Contribuições para planejamento e avaliação do ensino da bioética. **Revista Bioética**, v. 25, n. 2, p. 234–243, 2017.
- SIMONDON, G. **L'individu et sa genèse physico-biologique (1964)**. Grenoble: Millon, 1995.
- SKINNER, B. F. **Science and human behavior**. [s.l.] Pearson Education, 1965.
- SKINNER, F. B. **Beyond Freedom and Dignity**. New York: Knopf, 1971.
- SPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editoria, 2009.
- TONY GREENWALD, MAHZARIN BANAJI, B. N. **Project Implicit**. Disponível em: <<https://implicit.harvard.edu/implicit/takeatest.html>>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- TRAPP, R. A autonomia da vontade em Kant. **Griot: Revista de Filosofia**, v. 9, n. 3, p. 197–210, 2019.
- WORTH, R. F. A crueldade do apedrejamento. **Folha de S. Paulo**, 2010.

Elen Nas: Pósdoc na Cátedra Oscar Sala do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Este texto foi escrito e enviado enquanto Pesquisadora visitante no Departamento de Informática da University of California - Irvine. É P.h.D. em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS/ Universidade Federal do Rio de Janeiro). Cientista Social (Uff) e Mestre em Design (Puc). Também membro do BraiNNIAC, rede interdisciplinar de pesquisa dedicada à investigação científica e às atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Nanotecnologia, Neurociências, Inteligência Artificial e Cognição (UFV), Rede Lavits, LIEPAS, Neuro-I-Self, Estratégia Latino Americana da Inteligência Artificial e Filosofia Pop. Agradecimentos: CAPES.